



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

## **Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**29 de agosto de 2016**

No dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezesseis reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sr. José Mário Costa Júnior; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria Executiva, sr. Mário Silva Piazzarollo, do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlid Faria; do campus Centro Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus São Mateus, sr. Mário César dos Santos Júnior; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Fabiano Calman; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Estagiários; 3. Concursos Públicos Docentes e Técnico-administrativos; 4. Proposta de distribuição de vagas para Dinters; 5. Aprovação da oferta dos cursos técnicos integrados dos campi Serra e Vila Velha; 6. Descentralização de orçamento para execução de bolsas de extensão; 7. Remoção de bibliotecária para o campus Viana.** O Presidente relata que essa é a primeira reunião na Fábrica de Ideias, destacando que dentre os itens constantes na pauta, o **item 3** é de fundamental importância, pois hoje deve-se definir o quantitativo de professores graduados/especialistas e de mestres/doutores e enfatizando que o edital será publicado hoje. O dirigente Luiz Braz solicita que seja incluído o item progressão docente. Após incluir o item solicitado, o Presidente abre o **item 3** e relata que a maioria dos Institutos Federais desistiu de realizar concursos, preferindo contratar uma empresa terceirizada em virtude dos problemas gerados na realização de um concurso público. Enfatiza que o Ifes é um dos poucos que ainda realiza seus concursos, destacando que, enquanto estiver a frente dessa instituição, essa prática será mantida. Relata que já foi presidente de comissão de concursos e tem plena ciência dos problemas que acontecem durante a realização do certame, os quais, muitas vezes, resultam em disputas judiciais. Informa, no entanto, que a experiência institucional é muito importante, pois a cada concurso realizado é gerado um maior conhecimento, destacando que recursos sempre vão existir, principalmente no que se refere às cotas. Afirma que tal condição exigiu a alteração na metodologia do

concursos, ou seja, as vagas não serão discriminadas por campus. Ressalta que os campi definirão os perfis de vagas para docentes, mas que todos os concursos serão realizados em Vitória. Relata que no último concurso houve situações em que perfis semelhantes exigiam titulações diferentes, fato que gerou muita contestação, por isso, os perfis terão listas de aprovação e remoção, informando que a data limite para publicação e solução de problemas será dia 31/08/2016. Relata que o prazo é curto e que por isso, é necessário realizar essas tarefas o mais rápido possível, bem como discutir todos os prazos, explicando que, para se evitar problemas e retrabalhos, será publicado um edital provisório que será alterado após o resultado do concurso de remoção interna. Declara que, em relação as cotas referentes aos PCD's e as etnias, o Ministério Público solicita a designação de uma comissão que avalie e divulgue no edital os critérios de avaliação, destacando que essa avaliação será realizada concomitantemente à prova de desempenho didático, acrescentando que, caso a comissão considere que o candidato não possui os requisitos para pleitear a participação nas vagas destinadas às cotas, ele será eliminado. Relata que o trabalho será realizado em conjunto com a Facto, explicando que uma comissão não remunerada foi designada para elaborar o edital, depois, outra será designada, desta vez, remunerada, para a realização do concurso. Relata que é necessário criar uma comissão de governança do concurso público que será composta por três pró-reitores e três diretores-gerais, que terá o objetivo de definir e acompanhar o processo e o trabalho da comissão. Destaca que as pessoas que vão trabalhar no concurso tem que ter ciência que o valor a ser recebido será 1/3 do valor pago em 2012. O Presidente enfatiza que os dirigentes devem ter ciência de que os membros da comissão vão ficar muito ocupados, destacando a necessidade de se realizar reuniões diárias, explicando que o servidor designado exercerá suas funções normalmente de 7 as 16 e que depois disso se deslocará para a Reitoria para trabalhar na comissão de concurso. A dirigente Denise informa que, em virtude da dedicação diária, a servidora Ana Raquel não fará parte da comissão de concurso. O Presidente relata que a comissão iniciará seus trabalhos no dia 1 de setembro, enfatizando que, por realizar trabalhos todos os dias, os membros da comissão central não farão jus a diárias. Relata que há muito tempo o Ifes realiza seus concursos separando as titulações de graduados/especialistas e mestres/doutores e que no dia 18 de agosto o Ministério Público notificou o Ifes de que essa prática é irregular. Explica que o Conif perdeu a oportunidade de alterar a legislação juntamente com as universidades, enfatizando que na época tentou convencer o Conif mas não foi bem sucedido e que depois, quando o Conif tentou alterar a Lei já não era possível. Enfatiza que o Ifes não pode aceitar isso, explicitando uma situação que ocorreu no Educimat, em que um mestre entrou para a vaga de doutor e que por isso não pode lecionar para o doutorado. Relata que o Ministério Público não aceita a delimitação da vaga para mestre e doutor, enfatizando que não tem certeza de vitória nessa briga. Informa que, no entanto, cada campus pode ou não acatar a recomendação do Ministério Público, destacando que, o edital de mestre/doutor pode ter seu andamento prejudicado ou postergado. Revela que, após conversas com a Procuradoria e com a Assessoria Processual, esses órgãos se prontificaram em auxiliar em uma possível disputa judicial, destacando que o Ministério Público não tem competência para se envolver em uma questão acadêmica. A partir de questionamentos de dirigentes, o Presidente esclarece que, segundo entendimento do MP o concurso só pode exigir a titulação de graduação, visto que as aulas serão destinadas ao ensino técnico, enfatizando que é necessário uma definição por parte dos dirigentes. O dirigente Hermes sugere encaminhar um ofício ao MP, explicando o contexto institucional, destacando que essa exigência impacta diretamente no edital de remoção. O Presidente enfatiza a necessidade de se tomar uma decisão, preferindo que ela seja tomada em conjunto com os docentes dos campi, destacando que, após definição em conjunto, irá conversar com a Procuradoria e Assessoria Processual para definir as ações da instituição, ressaltando que, a cada concurso é um procurador diferente que

analisa o assunto. Ao ser questionado pelo dirigente Welliton, o Presidente informa que uma possível ação judicial sobre essa situação encontra respaldo na garantia do direito difuso. Passa a palavra para a professora Mariana que revela que o edital será publicado até amanhã, destacando que não será divulgado o quantitativo de vagas, visto que as vagas em conjunto com os perfis serão publicados a partir de uma retificação do edital. Destaca que o concurso de remoção será realizado durante o mês de setembro e passa a palavra para a assessora Roberta que relata que essa conduta não será problema, justificando que, por causa do edital de remoção, pode haver alocação de vaga para outro campus. O Presidente declara que não há alternativa, visto que não se pode fazer as modificações no edital após o resultado do concurso de remoção interna, e em resposta ao dirigente Danilo, informa que será publicado o quantitativo máximo de vagas, destacando a possibilidade de diminuir mas não pode aumentá-lo. A professora Mariana revela que o mapeamento foi feito a partir de contatos telefônicos com os campi. Define-se que os campi apresentarão as vagas que irão para concurso. Aracruz: 2 vagas para Cachoeiro e Alegre, sem vagas para concurso. Alegre: 1 para Piúma, 1 para Itapina, 1 para Ibatiba, 1 para Barra de São Francisco e 1 para Montanha e duas para concurso. A diretora Danusa explica que Alegre tem 6 vagas. A dirigente Valdete que relata que o código de vaga será informado no decorrer da reunião, informando que 3 vagas para graduação/especialização. O dirigente Jean Rubyo informa que Barra de São Francisco não haverá vagas para concurso, e que há 9 vagas que serão utilizadas em editais remanescentes. A diretora Danusa alerta que é necessário o campus destinar vagas para a remoção. O dirigente Luiz Braz adverte que não se pode mudar o perfil de concursos remanescentes. O Presidente relata que, caso as vagas destinadas à remoção não sejam preenchidas, elas devem ir para concurso público. O dirigente José Orlandi informa que 30% das vagas devem ser destinadas à remoção interna. O dirigente Jean Rubyo informa que o campus Barra de São Francisco oferecerá 2 vagas para mestre/doutor e 5 para graduado/especialista. O dirigente Carlos Bettero informa que o campus Cachoeiro do Itapemirim oferecerá 4 vagas para mestre/doutores. O dirigente Lodovico informa que o campus Cariacica oferecerá 1 vaga para graduado/especialista e 1 para mestre/doutor, enfatizando que há uma vaga do campus Vitória que está indo para Cariacica. A professora Mariana informa que o Cefor oferecerá 2 vagas para graduado/especialista e 2 vagas para mestre/doutor. A dirigente Adriana informa que o campus Centro-Serrano oferecerá 2 vagas para graduado/especialista e 3 para mestre/doutor. O dirigente Luiz Braz informa que o campus Colatina oferecerá 1 vaga para graduado/especialista. A professora Mariana informa que o campus Guarapari oferecerá 1 vaga para mestre/doutor. O dirigente Flávio Pena informa que o campus Ibatiba oferecerá 4 vagas para mestre/doutor. O dirigente Anderson Holtz informa que o campus Itapina oferecerá 1 vaga para graduado/especialista. O dirigente Antonio de Freitas informa que o campus Linhares oferecerá 1 vaga para graduado/especialista e a outra está em aberto, enfatizando que tal logo ela seja definida, informará a comissão. O dirigente André Sampaio informa que o campus Montanha oferecerá 1 vaga para mestre/doutor. O dirigente Wellinton informa que o campus Nova Venécia oferecerá 1 vaga para mestre/doutor e 1 vaga para graduado/especialista. A dirigente Cláudia informa que o campus Piuma oferecerá 1 vaga para graduado/especialista. O dirigente Moacyr informa que o campus Santa Teresa oferecerá 3 vagas para graduado/especialista. O dirigente Mário Sérgio informa que o campus São Mateus oferecerá 2 vagas para mestre/doutor, enfatizando que uma delas é remanescente. A diretora Danusa relata que não há vaga remanescente para esse campus e o dirigente Mário Sérgio relata que esse dado estava disponível na reunião do Colégio de Dirigentes que distribuiu o quantitativo de vagas entre os campi. A diretora Danusa informa que verificará cuidadosamente os dados e depois fornecerá uma informação definitiva. O dirigente José Orlandi informa que o campus Serra oferecerá 1 vaga para mestre/doutor. O professor Fabiano informa que o campus Venda Nova do Imigrante oferecerá 2 vagas

para mestre/doutor. A dirigente Edna informa que o campus Viana oferecerá 2 vagas para graduado/especialista e 2 vagas para mestre/doutor. O dirigente Hermes relata que o campus Aracruz contratou um professor substituto de 20 horas semanais para a disciplina artes. O Presidente informa que essa vaga não vai para concurso. Após discussões sobre o remanejamento de vagas entre os campi, a professora Mariana informa que serão oferecidas 20 vagas para graduado/especialista e 28 vagas para mestre/doutor, enfatizando a necessidade dos campi Nova Nenécia e Cariacica definirem 2 vagas, concluindo que serão oferecidas 50 vagas para concurso. O Presidente solicita a candidatura de 3 diretores-gerais para comporem a Comissão de Governança do Concurso Público, candidatando-se a seguir os dirigentes: Lodovico Ortlieb, André Sampaio e Anderson Mathias Holtz. A dirigente Adriana solicita que a servidora do campus Centro-Serrano, Danielle, seja retirada da comissão de concurso, uma vez que as atribuições da comissão poderão prejudicar o trabalho da servidora no campus. O Presidente solicita que os dirigentes informem nomes para substituir as servidoras Ana Raquel e Danielle, e diante da ausência de manifestação, informa que a reitoria indicará nomes para substituí-las. Para o concurso técnico-administrativo ficam assim distribuídas as vagas por campi: Vila Velha, 1 – tradutor intérprete; Venda Nova, 1 auxiliar administração, sendo que a vaga será enviada para o campus Montanha em troca da vaga de administrador, nomeando o servidor Wesley Vitor a partir do concurso da Ufes. Serra, 1 vaga; Santa Teresa, 1 vaga; São Mateus, 1 vaga; Nova Venécia, 1 vaga; Piúma, 3 vagas; Ibatiba, 2 vagas; Guarapari, 2 vagas a confirmar; Colatina, 1 vaga; Centro-Serrano, 6 vagas; Cefor, 3 vagas; Cachoeiro do Itapemirim, 1 vaga; Barra de São Francisco, 5 vagas; Aracruz, 1 vaga; Alegre, 2 vagas. O Presidente informa que a instituição tem uma vaga de engenheiro do trabalho que pode ser utilizada por um dos dois CIAIS, em Alegre e em São Mateus, sugerindo a vaga ser alocada em Alegre, caso o campus se comprometa a auxiliar os outros campi em suas necessidades. A partir do comprometimento do campus Alegre, o Colégio de Dirigentes concorda com a alocação da vaga de engenheiro em segurança no campus Alegre. A professora Mariana sugere que os perfis sejam encaminhados até o dia 02/09/2016, solicitando a indicação se eles se referem a remoção ou a concurso. Acrescenta que a comissão de concurso encaminhará tabela com a distribuição de vagas por e-mail. O Presidente abre o **item 2**, relatando que em reunião do Colégio de Dirigentes foi definido que se adotaria a proposta de distribuição de estagiários e que aqueles campi que quisessem contratar estagiários além desse quantitativo, teriam que fazê-lo com recursos próprios. Acrescenta que alguns dirigentes o procuraram com o intuito de alterar o quantitativo de dez estagiários, no entanto, reafirma que não há possibilidade de se alterar esse quantitativo, pois a reitoria não pode arcar com esses custos. A dirigente Denise relata que a distribuição do quantitativo obedeceu uma metodologia linear, ou seja, todos os campi terão a mesma quantidade de estagiários custeados pela reitoria, enfatizando que o orçamento é distribuído pelas despesas do campus, destacando que não havia previsão de gastos com estagiários. Relata que a forma de dispensa, ou seja, não renovar o contrato até se chegar o quantitativo de 10, prejudica as atividades do campus, visto que alguns estagiários indispensáveis estão com o contrato próximo ao vencimento e que essa regra, impossibilitaria contratá-los. Revela que a regra foi inesperada e que o campus não tem condições de arcar com essas despesas, sugerindo um reajustamento até dezembro. O Presidente responde que essa proposta é impraticável. A dirigente Denise manifesta-se contrária ao corte linear, argumentando que os campi com mais servidores assimilariam a falta dos estagiários com mais facilidade. O Presidente expõe que, diferentemente do entendimento da dirigente, o corte linear teve como intuito não prejudicar os campi com menos servidores, enfatizando que não é possível a instituição voltar a antiga condição, pois o gasto de 3 milhões anuais iria para 5 milhões. A dirigente Maria Valdete expõe os problemas que o campus Alegre terá com essa medida, destacando que pelo seu tamanho, eles tendem a ser maiores. O dirigente

Hermes relata que o campus Aracruz tem 35 técnico-administrativos, destacando que esse quantitativo é insuficiente para as atividades a serem executadas, e que tal qual a proposta da reitoria, o campus fará um corte linear pelos setores. Acrescenta que o estágio funciona como uma válvula de escape, além de auxiliar em atividades diversas, enfatizando que, mesmo com a redução, dificilmente o número de estagiários chegará a 15, alertando que, a insatisfação atual só tende a aumentar. O dirigente Welliton relata que o principal problema é o *modus operandi* escolhido, uma vez que não é possível esperar o final do contrato, enfatizando que será necessário rescindir todos os contratos para contratar aqueles que o campus precisa e destacando que se deve definir os valores e a maneira que essa redução será realizada. O dirigente Moacyr destaca o trabalho dos estagiários no campus Santa Teresa, descrevendo que, dentre as diversas ações realizadas por eles, o acompanhamento de professores no trabalho de campo é de fundamental importância e com resultados muito positivos. O dirigente Hermes relata que quando alguma decisão ou norma é definida ou implementada no início de um processo ou ciclo é mais fácil organizar ou remanejar a situação, no entanto, enfatiza que, quando essas decisões acontecem durante o ano, é muito mais difícil contornar ou minimizar seus efeitos. O Presidente destaca que, infelizmente, havia um excedente de estagiários nos campi, justificando que a proposta não teve como objetivo principal a adequação desse excedente e sim, ajustar ao orçamento institucional. Relata que não é possível a instituição manter aquelas despesas nesse momento de redução do orçamento, destacando que as situações relatadas pelos dirigentes são compreensíveis, mas que todos os campi estão em condições complicadas. Ressalta que a proposta não tem possibilidade de ser alterada. Ao ser questionado pelo dirigente Danilo sobre a possibilidade de aumentar o quantitativo de estagiários que serão custeados pela Reitoria, o Presidente respondeu sobre a impossibilidade de aumento visto os custos envolvidos. O pró-reitor Tannure esclarece que no caso específico do campus Santa Teresa, a atuação dos estagiários pode ser substituída por bolsistas, enfatizando que estes não podem exercer atividades administrativas. A diretora Danusa esclarece que o número máximo de estagiários por campi seria 8, mas a instituição interpretou favoravelmente a legislação e com isso os campi com menos recursos não ficaram tão prejudicados. Destaca o valor pago a cada tipo de estagiário, acrescentando que essa proposta era objeto constante de discussão desde do ano passado e que diante da liberação de um orçamento inferior às expectativas não houve possibilidade de protelar a decisão. Esclarece que a metodologia de diminuição de estagiários, ou seja, a não renovação após vencimento do contrato, foi sugerida como meio de causar o menor impacto nos campi, no entanto, enfatiza que, se os dirigentes decidirem finalizar todos os contratos para depois contratar aqueles mais necessários, não há qualquer problema. O Presidente solicita que, caso algum dirigente tenha uma proposta melhor, que seja divulgada. A dirigente Denise explica que o problema encontra-se na impossibilidade de substituição, pois ela se caracteriza como um novo contrato. O dirigente Hermes revela que o campus Aracruz irá se adequar à nova norma de estagiários, destacando os problemas a serem enfrentados com essa medida, uma vez que o orçamento do campus contemplava despesas definidas, e que agora, há uma nova. A dirigente Denise sugere que seja realizado um planejamento individual que permita que cada campus se adéque às novas normas até dezembro. Ao ser questionado pelo dirigente Flávio se o excedente se relacionava ao quantitativo de estagiários, o Presidente responde que está relacionado ao funcionamento efetivo do campus. Relata que há possibilidade de se trabalhar na proposta da dirigente Denise. Os dirigentes discutem sobre o tema. O Presidente anuncia, a partir do consentimento dos demais, que em janeiro de 2017 todos os contratos serão rescindidos e os campi contratarão de acordo com suas necessidades e em acordo com as regras estipuladas. A diretora Danusa informa que o quantitativo de estagiários de nível médio ou superior pode ser definido pelo campus, respeitando, evidentemente, os limites legais. O Presidente destaca que os casos excepcionais serão estudados

cuidadosamente e poderão ser mantidos até o final do contrato, destacando que, de janeiro em diante, somente 10 estagiários serão custeados pela Reitoria. Acrescenta que a proporção de estagiários de nível médio e superior nesse quantitativo vai ser definida pelo campus, enfatizando a impossibilidade de o quantitativo ser atribuído a somente um nível. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para a pró-reitora Araceli que fornece informações detalhadas sobre os cursos, destacando que o campus Serra não precisará contratar docentes. O dirigente Hermes manifesta sua felicidade pelo campus Vila Velha ter salas de aula que possibilitem o curso integral. A dirigente Denise esclarece que isso foi possível por meio da substituição do concomitante pelo integral. A dirigente José Orlandi ao ser questionado pela dirigente Edna, responde que os laboratórios do campus foram montados para atender 16 alunos, por isso não foram disponibilizadas 40 vagas. A pró-reitora esclarece que os processos desses cursos estão em tramitação, destacando que o edital deve ser publicado em setembro, solicitando, em seguida, autorização para publicação do edital. O Colégio de Dirigentes autoriza a publicação do edital os cursos de Vila Velha e Serra. O Presidente abre o **item 7** e o dirigente Hermes pede a palavra e declara que ele, na reunião passada, foi um dos contrários à remoção, mas que agora, caso não haja pedido de outros servidores para o campus, não vê empecilho. Revela sua aversão ao descumprimento de um acordo, ressaltando que a quebra de regras é mais facilmente justificada para os docentes do que para os técnicos, para os quais se aplica somente para casos específicos. Revela que a presidente do fórum das bibliotecárias reclamou enfaticamente sobre a remoção, e que, caso ela se concretize, seria melhor eliminar a cláusula de barreira. Relata que a quebra só pode ser justificada por uma situação muito específica, e cita exemplos de possíveis especificidades, como um conhecimento em uma determinada área. A dirigente Edna relata que a servidora do campus Cariacica que iria para Viana desistiu, por isso, ao ter ciência do interesse da servidora do campus Venda Nova do Imigrante em ser removida para Viana, pois ela é da cidade. Declara que uma das condições para a remoção deveria ser a proximidade do campus com o domicílio do candidato, revelando que as justificativas para remoções, em alguns casos, chegam a ser cômicas. Acrescenta que conhece a candidata bem como sua família, revelando que, apesar de haver outros pedidos de remoção, a opção por ela se justifica tanto pela proximidade do domicílio quanto pela expectativa de um bom trabalho a ser realizado. Destaca que tudo está revolido entre os campi Venda Nova do Imigrante e Viana, enfatizando que, caso o Colégio de Dirigentes não aprove a remoção vide a cláusula de barreiras, o campus Viana vai esperar 3 anos para que a remoção possa ser concretizada. A dirigente Adriana relata que a bibliotecária de Centro-Serrano tem problemas de saúde e que obteve o primeiro lugar dentre as candidatas para o campus Cariacica, no entanto, destaca que, ao tomar conhecimento que a vaga seria destinada a servidora do campus Venda Nova do Imigrante, a servidora fez uma nota de repúdio ao fato. Enfatiza que essas situações devem estar institucionalmente alinhadas para que não sejam identificadas como responsabilidade do diretor-geral. O dirigente Lodovico afirma que a situação ocorreu da maneira relatada pela dirigente Edna, acrescentando que, a partir da desistência da servidora de Cariacica, o processo se extinguiu, enfatizando que servidores assumem cargos nos campi do interior pensando em voltar para a região metropolitana. O dirigente Welliton afirma que há perfis distintos entre os servidores, acrescentando que os campi do interior não podem ser trampolim para os servidores voltarem para a região metropolitana. Relata que ao se abrir uma vaga para técnico-administrativo, essa deveria ser divulgada para todos os possíveis interessados, e que aquele que atendesse os requisitos, dentre eles, o maior tempo de instituição. Acrescenta que essa proposta, não solucionaria a questão abordada pela dirigente Edna, ou seja, a possibilidade de um perfil inadequado de servidor. Relata que a instituição não pode atender sempre os desejos do servidor ao mesmo tempo em que não há garantias da adequação deste ao novo local de trabalho. Destaca que a

instituição deve ser criteriosa nesses casos, enfatizando que a questão da localidade, pode ser um critério objetivo de escolha. O Presidente relata que foram realizadas duas reuniões para se definir a introdução da cláusula de barreiras, e que nas duas ocasiões se posicionou contrário, mas que, a maioria decidiu incluí-la no concurso. Acrescenta que na primeira solicitação de quebra da cláusula também se posicionou contrário, mas que agora há um agravante, ou seja, há outros interessados na vaga. Entende as exposições e justificativas apresentadas pelos dirigentes, enfatizando que o principal critério deveria ser o tempo de instituição. Relata que é compreensível um campus não querer um servidor cujo perfil não se adéqua ao local de trabalho, no entanto, enfatiza que a instituição é um órgão público, e que por isso, não lhe cabe a prerrogativa de escolher sob esse prisma, que se pode caracterizar pela ausência de impessoalidade. Manifesta sua posição contrária à remoção, no entanto, enfatiza que a decisão é do Colégio de Dirigentes. A dirigente Edna informa que o campus Viana está sem bibliotecária, enfatizando a necessidade de se decidir pela continuidade ou não da cláusula de barreira. O dirigente Lodovico relata que a intenção da cláusula de barreiras foi proteger os campi do interior, uma vez que os servidores que assumiam seus cargos nesses campi, desejavam ir para a região metropolitana, ressaltando que, diante da impossibilidade de mantê-la, é melhor retirar a cláusula de barreira. A dirigente Denise destaca que, se há uma cláusula de barreira, ela não pode ser quebrada ou ignorada. O dirigente Flávio relata que foi contrário a criação da cláusula, mas já que ela foi inserida, questionando a autonomia do Colégio de Dirigentes em quebrar uma Lei do concurso que é o edital e destacando que o edital está acima do Colégio de Dirigentes. Ao questionar a legalidade da quebra da cláusula, posiciona-se contrário a remoção, justificando que os servidores perceberão esse ato como pessoalidade. O dirigente Anderson manifesta-se favorável ao raciocínio do dirigente Flávio, destacando que não se pode alterar as regras durante o processo. A dirigente Adriana relata que sempre existirão exceções que precisam ser observadas com maior cuidado, posicionando-se contrária à cláusula de barreiras. O dirigente Hermes relata que foi contrário à criação da cláusula, mas já que ela existe, deve ser obedecida. O dirigente Welliton relata que no último edital não foi especificado que a cláusula de barreiras depende do interesse da administração, destacando que, quando o interesse é da administração a remoção pode ser realizada a qualquer tempo. O Presidente concorda com o dirigente Welliton e sugere que seja realizada uma votação para se decidir sobre a remoção. Após término da votação, apurou-se 5 votos favoráveis à remoção, 11 votos contrários e 7 abstenções. O Colégio de Dirigentes decide não realizar a remoção da bibliotecária do campus Venda Nova do Imigrante para o campus Viana. O Presidente relata que ainda há alguns itens pendentes mas que precisa fazer alguns informes, sugerindo a realização de uma nova reunião no dia 2/09/2016 para tratá-los, e o Colégio de Dirigentes concorda com a sugestão. O Presidente manifesta preocupações com o cumprimento de acordos por parte da Setec, destacando que a composição do Mec está sendo refeita, e que os processos não estão tramitando normalmente com decisões sendo proteladas, ressaltando que essa condição se deve pela falta de ambientação dos atuais gestores devido a ausência de transição entre o atual e o antigo governo. Relata que nesse contexto, um servidor, chamado Marcos, do 4º. escalão, tenta resolver as coisas, mas que, apesar de seu esforço, muitos problemas fogem de sua responsabilidade e competência. Relata que a matriz orçamentária previa um aporte de 3,7 bilhões de reais, mas o secretário propôs valores próximos a 2,4 bilhões, enfatizando que esse valor corresponde a um corte de 53 % do orçamento previsto para 2016. Relata que a equipe anterior da Setec propôs que a distribuição da 20 rg fosse 2/3 dos valores e 1/3 ficaria com a Setec, no entanto, a equipe atual quer alterar essa proporção, ou seja, ficar com 2/3 para distribuir da maneira que bem entender. Revela algumas medidas da Setec que afetam diretamente os institutos federais, dentre elas, a correção dos orçamentos que resultou na proposta para 2017, destacando que, nesse caso, a LOA em questão já

consta os cortes praticados e equivaleria aos valores recebidos em 2012, destacando que as instituições têm hoje, no mínimo, o dobro de alunos. Revela a realização de algumas reuniões com senadores, e a ida ao congresso dos reitores que foram aplaudidos pelos congressistas, destacando a aprovação pelo congresso da manutenção dos índices constitucionais. Acrescenta, no entanto, que em reunião com o Ministro da Educação e a secretária Maria Helena, este destacou que, apesar da aprovação do senado, a medida será vetada pelo Presidente. Relata que a ampliação do banco de vagas foi descartada e que somente está sendo veiculado a possibilidade de alteração no quantitativo do professor temporário. Relata que a previsão para 2017 não é fácil, destacando que a instituição recebeu somente 40% dos 13 milhões referente aos Ted's, cujo acordo contemplava a totalidade desses recursos, depois, destaca que houve uma alteração para 75% do valor total, enfatizando a pouca esperança no repasse do recurso. Diante desse cenário, o Presidente relata que a instituição deve recorrer ao apoio político, justificando que, apesar da atuação da senadora Rose de Freitas nos interesses da educação, a situação atual é catastrófica. Destaca que esse cenário já se constituiu antes do impeachment, no entanto, acrescenta que não há qualquer esperança de uma melhora a curto prazo. Revela que poderá haver pressões para que os institutos federais iniciem uma arrecadação própria, para que se altere ou se elimine os cursos integrados, dentre outras possibilidades. Relata que o Sinasefe pretende realizar uma manifestação no dia 13/09, acrescentando que o Conif também planeja realizar um dia de mobilização, destacando que o próximo feriado impede a organização a curto prazo dos atos, e que, caso eles sejam organizados a posteriori, pode-se perder a efetividade das ações. Declara a difícil situação econômica do país, para a qual só há perspectiva de melhora para final de 2017, destacando que é há forte manifestação contrária à PEC 241, que altera os índices formais da constituição, e acrescenta que por este parâmetro, o orçamento de 2017 se constituirá dos valores de 2012 + IPCA. Ao ser questionado pela pró-reitora Araceli a respeito da assistência estudantil, o Presidente declara que ela não será reduzida, tendo um pequeno aumento em relação aos valores atuais. Revela que apresentou uma proposta ao Conif para que todos os diretores-gerais e pró-reitores dos institutos federais fosse em Brasília, mas que, devido aos altos custos envolvidos, o Conif desistiu da proposta, e também porque essa manifestação poderia ter um resultado prático muito ruim, ou seja, como as instituições poderiam reclamar dos valores dos recursos se elas os utilizariam para manifestações. Declara que a situação atual deve ser apresentada aos prefeitos, em busca de apoio político que possa reverter a atual situação econômica dos institutos federais. A pró-reitora Araceli sugere que os pais de alunos também devem fazer parte desse processo. O Presidente sugere que os prefeitos, vide a proximidade das eleições, seriam o alvo preferido, mas não se pode ignorar os deputados e senadores estaduais. Revela que os dirigentes podem fazer uma ação em conjunto para sensibilizar os prefeitos, sugerindo que, entre os dias 12 a 23 de setembro, cada diretor-geral faça uma visita pelo menos ao prefeito em que está localizado o campus, destacando que o documento que subsidiará esta ação está publicado na página do Conif. O Colégio de Dirigentes concorda com a sugestão do Presidente e se compromete com sua realização. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.